



## Comissão vai aumentar diálogo de movimentos sociais com MP e Conselho Nacional do Ministério Público

03/04/2013 - 17h10

Cidadania

Yara Aquino

Repórter da Agência Brasil

Brasília – Facilitar o diálogo dos movimentos sociais com o Ministério Público (MP) e com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e ouvir as demandas específicas de cada grupo para trabalhar na defesa dos direitos fundamentais são alguns dos objetivos da Comissão de Acompanhamento da Atuação do Ministério Público na Defesa dos Direitos Fundamentais, instalada hoje (3).

Neste ano, a comissão terá cinco grupos de trabalho que vão discutir os temas saúde, combate à corrupção, meio ambiente e patrimônio cultural, pessoas em situação de rua, desaparecidos e tráfico de pessoas e diversidade étnica e cultural. Os movimentos sociais terão representantes nos grupos de trabalho para implementar o diálogo com o Ministério Público.

Após a instalação da comissão, representantes de movimentos sociais se reúnem com membros do MP para discutir o plano de trabalho da comissão e apresentar as demandas específicas. O coordenador do Movimento Nacional de População de Rua, Samuel Rodrigues, avalia que o espaço possibilitará que grupos como os indígenas coloquem a necessidade de requerer a propriedade de suas terras, que os catadores exponham a necessidade de legislações na área de reciclagem e o grupo das lésbicas, dos gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) peça o fim da discriminação e da violência.

“Preferimos trabalhar a negação do acesso aos direitos mais importantes do que só trabalhar a miséria econômica. Ter um país igual para todos é dar acesso aos bens e serviços a todos os cidadãos brasileiros”, disse Rodrigues.

Além de estreitar o diálogo com os movimentos sociais, a Comissão de Acompanhamento da Atuação do Ministério Público na Defesa dos Direitos Fundamentais vai acompanhar a atuação das promotorias e procuradorias especializadas na defesa dos direitos fundamentais e elaborar, em conjunto com os ministérios públicos, estratégias nacionais direcionadas ao seu aprimoramento. A comissão funciona no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público.

O presidente da comissão, Jarbas Soares, destacou a importância da participação de diferentes grupos sociais e disse contar com a parceira da Defensoria Pública. “Pela primeira vez o CNMP encontra o destinatário de suas ações”.

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, participou da instalação da comissão. Estiveram presentes também os ministros da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho; da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário; da Secretaria de Política para as Mulheres, Eleonora Menicucci e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros.

Edição: Fábio Massalli

Todo o conteúdo deste site está publicado sob a Licença Creative Commons Atribuição 3.0 Brasil. Para reproduzir as matérias é necessário apenas dar crédito à **Agência Brasil**

[Cidadania](#) [Ministério Público](#) [conselho nacional do ministério público](#) [diálogo de movimentos sociais](#) [movimentos sociais](#)

[Compartilhar](#)

[Fale com a Ouvidoria](#)

### ÚLTIMAS NOTÍCIAS

15h28 Nacional

Empresas de 18 países estão aptas a participar de licitação para explorar petróleo no Brasil

15h23 Política

GSI nega operação para vigiar movimento sindical no Recife

15h08 Nacional

Governo libera R\$ 12 milhões para obras de reconstrução em Angra dos Reis

14h56 Nacional

Moradores resistem à desocupação no Jardim Botânico do Rio

14h42 Economia

Caixa registra 87% de aumento em depósitos na poupança no primeiro trimestre

### NOTÍCIAS DO MESMO DIA

22h53 Cidadania

Meninas discutem em seminário internacional formas de alcançar a igualdade de gêneros

22h39 Cidadania

Casos de agressão por homofobia no Rio serão responsabilidade da Polícia Civil

22h14 Saúde

Secretários de Saúde da região metropolitana do Rio se reúnem para traçar metas de combate à dengue